PAUTA
Reunião do CREP do SINESP
2/12/2025

SINDICATO DOS ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Reunião do Conselho de Representantes

2/Dezembro/2025

Conecte-se ao SINESP: www.sinesp.org.br sinespsp (11) 3116-8400

A. Conjuntura

A política privatista do prefeito de São Paulo, que tem no afastamento dos diretores de escola um ensaio para envolver toda a educação municipal, é parte de um movimento mais amplo do neoliberalismo que envolve parlamentares e partidos do centrão, da direita e da extrema direita.

Esse movimento tem várias frentes de ataque contra os direitos dos trabalhadores e da população em geral. Entre eles estão a PEC 38/2025, da reforma administrativa, direcionada a desmontar serviços públicos e carreiras; a Emenda 136 (antes PEC 66), que limita o pagamento de precatórios; a falta de regulamentação da Convenção 151 da OIT para ajustar as negociações coletivas e fortalecer a ação sindical; as brechas para a privatização das escolas públicas contidas no PL 2614/24, do plano Nacional de Educação (PNE 2024/2034); e a resistência dos parlamentares para aprovar a taxação dos super-ricos.

A aprovação da isenção de Imposto de Renda para salários até R$ 5 mil, que resultou da pressão popular, mostra o caminho para combater esses ataques e retrocessos que persistem no Congresso Nacional. A luta firme e contínua de todos os órgãos sindicais e populares em Brasília é necessária porque o Congresso Nacional, por sua composição, é um forte reduto dos setores neoliberais que articulam os ataques, defensores dos interesses das corporações empresariais, dos bancos, do agronegócio, dos aplicadores do mercado financeiro.

Por isso o SINESP atua, de forma permanente, em frentes de luta contra esses retrocessos, em defesa da manutenção e ampliação de direitos trabalhistas, de melhores serviços públicos e condições de vida para a população, de desenvolvimento econômico e social para o país.

Exemplos recentes são as viagens a Brasília, em grupos e caravana com dirigentes, conselheiros e filiados, como na participação da Marcha Nacional contra a reforma administrativa, de 29/11, na audiência pública de 14/10 e em tantos outros eventos, reuniões, audiências, sessões plenárias, ações de corpo a corpo e pressão sobre os parlamentares pelo encaminhamento de pautas da categoria e da classe trabalhadora.

Em todas as ocasiões, os representantes do SINESP divulgam as lutas da categoria no município de São Paulo. Denunciam e combatem as investidas do governo, que implementa medidas contidas na proposta de reforma administrativa apresentada na Câmara dos Deputados, com medidas privatistas e de desmonte das carreiras públicas.

Combatem as artimanhas do prefeito, que usa a Câmara Municipal para aprovar leis privatistas e pautas retrógradas e que legisla por meio da SME para impor retrocesso, sucateamento, falta de condições de trabalho, pressão e enormes dificuldades para os gestores e demais educadores atenderem a população nas escolas da RME.

O caminho para defender a educação e os serviços públicos, avançar na inclusão e na justiça social, no desenvolvimento social e econômico é lutar pela aprovação de políticas públicas afirmativas.

As últimas pesquisas apontam que, hoje, a segurança pública é a preocupação central dos brasileiros. Exaustos, carentes de alternativas, amplos setores da população aprovam absurdos como a ação policial promovida pelo governador do Rio de Janeiro, uma das mais letais da história do país, necropolítica que leva morte ao povo pobre das periferias e favelas da cidade com interesse eleitoreiro.

De outro lado, está o esforço do governo federal para levar à sociedade a discussão da segurança pública, para avançar em propostas e atitudes que sejam efetivas no combate ao crime organizado. A operação contra o PCC, que desmontou esquemas criminosos envolvendo organizações financeiras, empresas e a Faria Lima mostra o caminho de combate sem mortes e a forma de chegar aos verdadeiros chefes, aos que movimentam o dinheiro. A direita reagiu. Colocou o secretário de segurança do governo de São Paulo como relator do Projeto de Lei antifacção, do governo federal, para tentar descaracterizá-lo e impedir que as ações da Polícia Federal avancem até os chefões do crime organizado, que não estão nas periferias, morros e favelas.

Mas mesmo operações corretamente construídas não terão efeitos eficazes sem programas sociais de auxílio econômico e políticas públicas que combatam a desigualdade, promovam a inclusão econômica, incentivem a industrialização, o comércio, o consumo das famílias e o crescimento econômico com inserção social de todos, aproximação da escola e despertar do interesse pelo estudo e por um futuro melhor. A isenção do Imposto de Renda para a população de baixa renda é um pequeno passo, que precisa ir muito além.

Nada muda sem melhorias efetivas que percorram e fortaleçam todo o tecido social. E isso só vem com luta popular, em que o movimento sindical é parte determinante. O SINESP acredita que a luta muda a vida. Por isso atua incansavelmente para defender os interesses da categoria, dos serviços públicos e da população.

Juntos, vamos avançar em 2026, impedir retrocessos privatistas na nossa cidade, melhorar as condições de trabalho e salariais, defender a educação pública e rever a composição das câmaras parlamentares estadual e federal, colocando representantes dos interesses e necessidades da maioria do povo. A recente prisão de um ex-presidente e de generais condenados por atos golpistas é importante nessa luta por seu caráter pedagógico de mostrar quem de fato defende a democracia, a liberdade e o estado de direito, e por jogar mais confusão nos setores conservadores para a disputa eleitoral do próximo ano.

B- Informes

1) Luta pela revogação da Lei 18.221/24 e contra o afastamento de diretores

O SINESP organiza a luta, em diversas frentes, a fim de impedir a prefeitura de seguir com seu projeto privatista e ataques à categoria, aos serviços e aos servidores públicos da educação.

O afastamento arbitrário de diretores de escola, com a justificativa de oferecer uma formação aos gestores educacionais, levou o Sindicato a entrar com ação civil pública solicitando parecer do Ministério Público e liminar contra a intervenção da prefeitura.

Diante do absurdo proposto pela PMSP, a Justiça concedeu liminar ao Sindicato determinando o retorno imediato dos diretores afastados ao trabalho em suas UEs. Mas a prefeitura recorreu e a justiça suspendeu os efeitos da liminar concedida ao SINESP.

O julgamento do Agravo de Instrumento do Sindicato, e portanto da concessão e suspensão da liminar, ocorreu no dia 1 de dezembro. O resultado foi favorável a prefeitura, que com isso obteve e possibilidade de manter os diretores afastados e o curso até o final previsto pela SME.
O SINESP e seu departamento jurídico seguem na luta — jurídica, política e administrativamente — contra a Lei 18.221/2024 e todas as medidas da PMSP que têm afetado os Diretores de Escola, a categoria e todos os servidores municipais da educação. A luta para que os cargos da educação pública da cidade de São Paulo sejam ocupados por funcionários públicos e que sejam acessados por meio de concursos é permanente.

2) Abertura do 5 lote da ação dos 81%

A vitória judicial do SINESP na ação dos 81% é definitiva e beneficia todos os filiados. O julgamento procedente em definitivo na Justiça favorece os que não ganharam a ação anteriormente. A prefeitura já incorporou o percentual de 25,32% nos salários de milhares de filiados que aderiram à ação.

Para contemplar aqueles que ainda não foram beneficiados com o reajuste de 25,32% no padrão de vencimentos, o Sindicato abrirá o quinto lote de execução. A documentação para adesão deverá ser enviada de 01 de dezembro de 2025 a 30 de janeiro de 2026.

Desde 2021 o SINESP executa a ação conquistando o percentual no padrão de vencimentos e os valores devidos do passado, que podem retroagir até outubro de 2010, dependendo da data de ingresso na prefeitura. Ao longo deste processo, inúmeros obstáculos foram apresentados e o SINESP segue na defesa para que todos tenham o cadastro deste percentual e o precatório gerado a partir dos cálculos dos valores do passado.

3) Reunião da Gestão com a COEDUC SOBRE A Campanha Salarial 2025

No dia 25/11 a COEDUC se reunião com a Secretária de Gestão e sua assessoria para dar início à negociação da campanha salarial 2026. Nessa reunião os representantes dos Sindicatos apresentaram a lista de reivindicação com os seguintes pontos:

1- Instalação do processo negocial entre a COEDUC e a PMSP a partir de 19/1/2026 para conclusão até 2/3/2026, considerando a seguinte pauta de reivindicações:

- Incorporação dos abonos complementares de pisos pagos aos docentes, gestores e pessoal de apoio, integrantes do quadro e carreiras dos profissionais de educação;
- Fixação dos valores dos pisos profissionais dos docentes, gestores e quadro de apoio;
- Saúde física e mental dos profissionais de educação.

2- Regime próprio de Previdência Social (pontos para discussão: alíquotas contributivas, isenção, aposentadorias e pensões, gestões financeira e administrativa do IPREM e fundos previdenciários.

A Secretária se disse favorável a iniciar a discussão sobre o tema e se comprometeu em apresentar uma agenda de reuniões. Frente à solicitação dos Sindicatos de uma agenda com o prefeito, indicou o envio de solicitação, bem como para o Secretário de Educação.

4) Readaptados e JEIF – Liminar está mantida

Com a publicação da portaria SME nº 10.023 de 03/11/2025, a Secretaria Municipal de Educação introduziu novas regras que impediram os professores que se encontram em situação de readaptação funcional de realizar a opção pela jornada JEIF na tela do EOL.
A vedação imposta por SME gerou questionamentos sob a ótica da legalidade, da isonomia e da proteção ao servidor público readaptado. Este servidor não pode ser discriminado pela administração municipal, e nem ter seu direito a readaptação funcional e reinserção laboral violado.

Essa portaria foi objeto de questionamentos jurídicos. Uma decisão liminar recompôs os direitos que garantem a harmonização entre readaptação funcional e as jornadas de trabalho no magistério municipal, ou seja, com a liminar ganha no dia 06/11/2025, os professores readaptados poderão fazer sua opção por JEIF.

Essa liminar está mantida e, portanto, segue garantido o direito desses trabalhadores. O SINESP está empenhado na defesa integral ao direito dos seus filiados e luta junto aos readaptados.

C. Superávit

As Diretorias do SINESP sempre buscaram representar a categoria e zelar da melhor maneira pelos recursos vindos das mensalidades dos filiados, de modo a garantir superávits na execução das previsões orçamentárias.

Os superávits acumulados ao longo dos anos deram ao SINESP condições de, ao mesmo tem-po, ter autonomia financeira (sem depender dos repasses governamentais na representação de seus filiados) e ter reservas para eventualidades e momentos em que um aporte financeiro maior se impôs, como em campanhas e lutas.

O superávit financeiro do Sindicato está previsto no art. 550 da CLT e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (leis em sentido estrito). A destinação desse superávit pode ser decidida a partir de determinação estatutária e, se não houver, de assembleia geral de filiados e pode ser diversa. Um exemplo é a constituição de um Fundo de Reserva de para as Lutas da Categoria.

A Diretoria do Sindicato tem propostas de aplicação dos valores que compõem o atual superávit e abre o diálogo para colher sugestões dos Conselheiros, com vista a decisão em assembleia sobre a aplicação.

D. Grupo de Trabalho do PTRF

O Grupo de Trabalho (GT) do PTRF foi composto para analisar a legislação atual do programa e elaborar propostas de mudanças, como adequações, alterações e inclusões no texto.

Em reunião sobre o tema, o Grupo considerou importante ampliar a discussão, envolvendo os Conselheiros(as), para a coleta maiores contribuições. Para tanto, o SINESP encaminhou a legislação atual e o documento com as propostas do GT, para apreciação nesta reunião de CREP e fechamento das adequações.

Após essa reunião, o GT se reunirá novamente para finalizar o texto que será encaminhado à SME, juntamente com a solicitação de reunião com o setor responsável para discutir as propostas elaboradas.

E. Avaliação externa

O SINESP considera necessário ampliar o debate sobre avaliação externa e a importância que ela possui, de modo a afastar qualquer caráter de ranqueamento e ampliar a compreensão de que a aprendizagem não se restringe a índices.

Também é preciso considerar que essas avaliações não levam em conta, por exemplo, as profundas diferenças socioeconômicas, os módulos incompletos, a falta de equipamentos, a dificuldade de muitas unidades em fazer busca ativa, entre outras problemas. Tais provas não podem ser referência para afirmar as necessidades de cada escola, de cada comunidade, de cada território, muito menos de uma rede tão diversa quanto a paulistana.

O SINESP repudia, ainda, o processo desrespeitoso empregado pela SME e pelas DREs na aplicação das avaliações externas nas escolas da RME neste ano, com grande pressão sobre as unidades para garantir a participação dos estudantes. Os gestores educacionais foram fortemente pressionados, com responsabilização sobre o processo e sobrecarga ainda maior de trabalho.

O que se vê é um processo desrespeitoso, sobrecarga e pressão, interferência no cotidiano da escola, falta de diálogo com o caráter formativo e alfabetizador da escola. O foco dele está na validação da meritocracia, no ranquamento das escolas, na imposição de metas. O intuito é diferenciar escolas e atacar a categoria, começando pela gestão (como fez com o afastamento de 25 diretores e diretoras), com o objetivo de terceirizar/ privatizar.

F. Segurança nas escolas

A segurança nas unidades educacionais é uma responsabilidade compartilhada que envolve a implementação de medidas físicas, tecnológicas e, crucialmente, o fomento de uma cultura de paz e diálogo. A legislação brasileira, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), garante o direito a um ambiente escolar seguro e saudável.

Nesse sentido, o SINESP está empenhado em elaborar um documento para discutir junto à SME um protocolo com medidas e estratégias para prevenir acidentes e combater a violência, de forma a garantir segurança às equipes gestoras e ao processo educativo, necessidade que ficou explícita após o incidente ocorrido recentemente na EMEI Antônio Bento.

G. Concurso regionalizado

Recentemente o Secretário Municipal de Educação publicou em suas redes a intenção de realizar concurso público para professores por região. Ou seja, o candidato indicaria em que região da cidade pretende atuar, caso aprovado.

Em reunião na SME na segunda, 1/12, a proposta foi exposta pelo Secretário como uma forma pensada para resolver a falta de profissionais nas regiões mais carentes. Nessa reunião, o SINESP ressaltou que as discussões atuais não podem atrasar a realização de novos concursos públicos e a imediata chamada dos aprovados para preencher todos os cargos, uma vez que há muitas unidades com quadros desfalcados, inclusive de gestores. A dirigente informou que o SINESP fará o estudo da legalidade e levará o assunto para a discussão com a categoria, uma vez que tema não consta nas lutas congressuais do Sindicato.

H. Calendário de ações do 1º trimestre de 2026

Os temas mais discutidos, as demandas trazidas pelos gestores educacionais ao longo do ano e as lutas que estão em aberto trazem a necessidade de elaborar um plano de trabalho e um calendário de ações para o 1º trimestre do próximo ano, tarefa que a Diretoria do SINESP traz para essa última reunião de 2025 do Conselho de Representantes.

Canal do SINESP no WhasApp

SIGA O CANAL E RECEBA MENSAGENS COM ATUALIZAÇÕES DIÁRIAS

O SINESP passou a utilizar o canal do WhatsApp para fazer os envios diários de informações à categoria: notícias, boletins, resumo diário do DOC, atualizações das lutas e ações, etc.

Para ficar por dentro de todas as informações enviadas pelo SINESP é necessário que o filiado siga o canal do sindicato no WhatsApp e clique no sininho para receber notificações sempre que o SINESP fizer qualquer atualização.

Veja como fazer para seguir o Canal do SINESP:

Use o link ou o QR Code ao lado para acessar o Canal do SINESP. Clique em SEGUIR e marque o sininho para receber notificações das publicações do SINESP.

https://whatsapp.com/channel/0029VaDZOtTEwEjvw9myzH1g